



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Entre Laranja e Gente: notas preliminares sobre urbanização na Baixada Fluminense (1910/40)

Between Orange and people: preliminary notes
on urbanization in the lowlands of Rio de
Janeiro state – Baixada Fluminense (1910/40)

Lúcia Silva¹, UFRRJ, lrentesilval@gmail.com

¹ **Lúcia Helena Pereira da Silva** é professora adjunto IV da UFRRJ, Campus Nova Iguaçu, docente permanente do PPGDT/UFRRJ. Doutora em História (PUC/SP) com pós doutoramento em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

RESUMO

O município de Nova Iguaçu ocupou o que atualmente denomina-se de Baixada Fluminense, isto é, seu território compreendia Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e São João de Meriti; tinha sua sede na cidade de Nova Iguaçu, antiga Maxambomba, estação da Central do Brasil. Entre as décadas de 1920 e 1940 o município foi o maior produtor de laranja do estado. Neste cenário desenvolveu-se o processo de ocupação urbana nas franjas do município de características rurais. O padrão de ocupação naquele primeiro momento permitiria mais tarde que toda a região pudesse ser incorporada à cidade do Rio de Janeiro como periferia

Palavras Chave: Baixada Fluminense; Urbanização; Periferia; História.

ABSTRACT

The municipality of Nova Iguaçu occupied what currently is called of Lowlands of the Rio de Janeiro state (Baixada Fluminense), this territory included Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados and São João de Meriti; the headquarters was in the city of Nova Iguaçu, old Maxambomba, station of the railroad Central do Brazil. Between the decades of 1920 and 1940 the city was the state's greatest orange producer. In this scenario the urban occupation process was developed in border of the rural city. The pattern of occupation in that first moment would allow later the entire region to be incorporated into the city of Rio de Janeiro as periphery

Keywords: The lowlands of Rio de Janeiro state; Urbanization; Periphery; History.

ENTRE LARANJA E GENTE: NOTAS PRELIMINARES SOBRE URBANIZAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense faz parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, formalmente é composta por 13 municípios, é uma região com identidade própria apesar de conviver com todas as características e mazelas dos demais municípios da RMRJ. Investigando os elementos que conformam este território específico, deparou-se com um processo de ocupação urbana vertiginoso no antigo município de Iguaçu, pois até a década de 1940 tinha uma vigorosa economia agroexportadora. Buscando entender a transformação da região naquilo que ficou conhecido como da “Laranja ao lote” (SOUZA, 1992), cuja dinâmica de ocupação deu-se em meio ao processo de “periferização”, este texto privilegiará o momento anterior ao fim da citricultura e ao início da ocupação urbana que ocorreu de forma desenfreada (1940/1970) no município em questão.

A escolha do município deve-se ao entendimento que a Baixada Fluminense é atualmente o que foi o antigo município, ainda que formalmente (e isto é um dos problemas de gestão e construção de política pública para a região) comporte outros municípios. Dito de outra forma, considera-se Baixada somente os municípios que pertenceram a Grande Iguaçu no início do século XX, ainda que oficialmente o governo estadual incluía outros municípios. A região utilizada aqui é a mesma construída pela FUNDREM² em 1976.

O momento escolhido (1910/1940) deve-se ao entendimento de que não é possível analisar as dinâmicas de ocupação e constituição das formas de moradia sem o conhecimento da formação social que as engendrou. Abreu (1988) ressalta a importância de articular a estrutura urbana com os momentos de organização social buscando entender o papel das formas (levando em consideração produção-construção, organização-circulação e distribuição-consumo) e agentes sociais na estruturação do espaço.

Tendo a formação social como ponto de partida para o entendimento das dinâmicas de ocupação, no caso da Baixada Fluminense, aqui vista como Grande Iguaçu, dois aspectos devem ser ressaltados. Se por um lado, o processo de metropolização da cidade do Rio de Janeiro implicou na periferização da região e isto ocorreu de forma acelerada a partir da década de 1950, tal como aponta toda a literatura; por outro, esse processo emerge no interior de um sistema urbano existente. O que se busca apresentar aqui é como se conforma essa rede urbana incipiente que mais tarde abrigaria e sustentaria essa forma de ocupação. O padrão de urbanização no território de periferia exhibe todas as características conhecidas: área de expansão, existência de autoconstrução, falta de infraestrutura, ausência de atuação do estado (em suas múltiplas esferas) e violência. Mas estas características não podem ser vistas como um dado social pronto, elas foram construídas ao longo do tempo. É este processo que está sendo investigado, e parte dele será descrito aqui.

Desta forma, este trabalho está dividido em quatro partes. A primeira visa recuperar a bibliografia que tem como objeto a história da Baixada Fluminense, o objetivo é ratificar a leitura mais geral que insere as dinâmicas de ocupação da região dentro do processo metropolização/periferização

² A UUJO (Silva, 2013). Sobre a discussão da construção de Baixada Fluminense enquanto região também ver Souza (1992), Alves (2003), Tavares (2007) Rocha (2013)

da cidade do Rio de Janeiro, corroborando a explosão demográfica que ocorreu em Nova Iguaçu entre os anos de 1950 e 1970. A segunda parte, ainda com o sentido de buscar os elementos constitutivos desta leitura hegemônica traz à cena a formação social calcada na citricultura, pois é recorrente a visão da decadência das atividades rurais e sua rápida passagem ao mundo urbano periférico a partir dos anos 1950.

As terceira parte busca desconstruir essa imagem; na medida em que resgata o processo histórico de ocupação urbana, seja dimensionando o papel da citricultura e a constituição da rede urbana no momento anterior ao fim da pomicultura, seja apresentando os elementos constitutivos que potencializaram essa ocupação. O intuito desta exposição é apontar os fatores que levariam a inserção subalterna da região, visto que já existiam antes da desestruturação do complexo laranjeiro e foi exatamente pela existência deles, que essa parte da região pode ser incorporada aceleradamente como periferia. A última parte do trabalho se propõe discutir o padrão de urbanização da periferia, não como movimento linear único, mas como fruto de múltiplos processos.

Processo de ocupação da Baixada Fluminense vista pela historiografia

Cinco obras são citadas frequentemente quando se estuda a Baixada Fluminense. A mais antiga é a de Soares com “Nova Iguaçu: Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro”, de 1962. Todos os demais autores utilizam-na como obra de referência. Neste trabalho, a análise é realizada para confirmar o título, na medida em que a integração do município à área metropolitana deu-se enquanto célula suburbana, ou seja, como subúrbio periférico do Grande Rio (aliás, este é um subtítulo do trabalho). Com base nesta leitura, são perfilados os elementos, os agentes e as formas de integração do grande município à cidade do Rio de Janeiro, por meio do exame das vias de circulação, das funções de subcentro da cidade, e para o que cabe aqui, do “ciclo da laranja, fator da consolidação da velha célula urbana” como responsável não só pela vitalidade das funções urbanas, mas pela capacidade de renovação enquanto cidade de zona periférica após o fim da citricultura na região.

Nesta mesma linha segue a segunda obra, o de Pereira, de 1977, que percorre as atividades agrícolas desenvolvidas no município a partir da ideia de ciclos econômicos, daí o título “cana, café e laranja: história econômica de nova Iguaçu”, o objetivo do trabalho é o entendimento da passagem do mundo rural ao urbano periférico após o fim da pomicultura.

Vinte anos depois, em 1998, Alves com seu “Dos barões ao extermínio: uma história da violência na baixada fluminense”, não tem a preocupação de explicar como o fim da citricultura potencializou a emergência dos loteamentos, mas ao conhecer as engrenagens que permitiram a construção da “baixada para os de baixo”, principalmente no que concerne às dinâmicas de criminalização da pobreza na região, o autor recupera “as visões de decadência” e o “último suspiro agrário” como um dos elementos explicativos para a violência endêmica da região, passando necessariamente pelo fim da citricultura e pela onda de loteamentos que se seguiu a este.

As duas últimas obras são do mesmo ano, 2006. A primeira é uma tese, a segunda uma dissertação. Em “a cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense”, Simões se propõe a entender o processo de ocupação da Baixada e sua articulação com a fragmentação política ocorrida na região depois da citricultura. O segundo capítulo do livro, publicado em 2007, é a atualização de Soares ao fazer o mesmo percurso da autora ao apresentar a construção das vias férreas, o ciclo da laranja (incorporando a leitura de

Pereira) e a proliferação dos loteamentos que se seguiu ao fim da citricultura, entretanto, o autor traz duas novidades, já que informa a existência dos primeiros loteamentos antes do momento áureo da laranja, apontando assim a estrada de ferro e não a decadência da pomicultura como fator preponderante para a ocupação urbana da região. A segunda novidade é a articulação feita entre as características dos loteamentos que emergiram depois da citricultura e o papel das emancipações políticas nesse processo. Para ele foram os loteamentos e os novos moradores os responsáveis pela fragmentação política-administrativa da região

Em “De Maxambomba à nova Iguaçu: (1833-90’S): economia e território em processo”, Rodrigues também faz o percurso de Soares e incorpora a leitura dos ciclos econômicos de Pereira, trazendo a preocupação de como as emancipações transformaram o município-região em uma região de muitos municípios, entretanto, uma novidade foi introduzida em sua análise ao ler o processo de urbanização articulado ao de industrialização e o impacto destes dois movimentos no território, o que traz à tona a discussão acerca da construção do próprio território, principalmente ao analisar a diferenciação espacial interna do município ocorrida a partir dos ganhos com a laranja, tornando o distrito sede, a localidade de Maxambomba, em centro urbano regional. O município-região deixa de ser visto como espaço homogêneo e passa a ser entendido a partir das dinâmicas econômicas estabelecidas em suas diversas localidades.

O trabalho de 1992, “Da Laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu”, de Souza, foi um dos primeiros trabalhos onde já se parte da assertiva que o fim da citricultura põe em marcha a proliferação dos loteamentos. A autora não se preocupa em explicar o processo, mas como os loteamentos transformaram o município, na passagem do mundo rural para o urbano periférico. Tendo como objeto a inserção dos novos moradores de um bairro específico de Nova Iguaçu, a autora consolida a leitura e o senso comum que o fim da citricultura levou à urbanização da região.

O que todos os trabalhos têm em comum é a importância que seus autores dão ao fim da citricultura como fator preponderante para a ocupação urbana da região e como no bojo desse processo se consolida a “periferização” da região. Observações devem ser feitas em relação às obras: a primeira delas é ratificar a importância destes trabalhos para o entendimento da história da região, embora a Baixada seja importante, talvez por estar muito próxima à cidade do Rio, é pouco estudada. São trabalhos de pesquisas valiosos para o conhecimento da região. A segunda é a construção do mito construído em torno da citricultura, inclusive como único instrumento explicativo para o entendimento da ocupação da urbana da Baixada, ou pelo menos para Nova Iguaçu. Vejamos então se a leitura acerca do dinamismo do “complexo da laranja” e sua decadência dão conta do processo de urbanização da região

O município de Iguaçu no período áureo da laranja: economia e sociedade na década de 1930

Município de Iguaçu em 1930



O município de Iguaçu durante os primeiros 50 anos da história republicana, administrativamente ocupava todo o lado ocidental da baía de Guanabara, fazendo limite com Itaguaí, Vassouras, Magé, a própria baía e o Distrito Federal, pois somente em 1943 ocorreu a primeira emancipação, a do município de Duque de Caxias.

Na cidade de Nova de Iguaçu em 1933, enquanto a população comemorava o centenário de criação do município, as festividades eram utilizadas para ratificar o poder de um novo grupo político que emergiu com a citricultura. Os pomicultores, desde a década de 1920, dividiam com os antigos proprietários de fazendas, a política local. Formalmente agrupavam-se na Sociedade Fruticultora de Nova Iguaçu, mas já ocupavam várias cadeiras da vereança e tinham como símbolo a própria cidade de Nova Iguaçu, a antiga Maxambomba (mudou de nome em 1916).

Os laranjeiros dividiam com os antigos fazendeiros a política local, os dois grupos juntos formavam a elite local embora tivessem interesses divergentes. O primeiro grupo, que vivia da citricultura, fomentava o parcelamento das terras, pois a estrutura produtiva da laranja se assentava na produção das inúmeras chácaras, enquanto os antigos fazendeiros garantiam seu poder na propriedade da terra. Os maiores citricultores eram grandes proprietários, mas a maioria da produção vinha das pequenas propriedades.

Na década de 1930 a exportação de laranja chegou a garantir 37% da arrecadação do estado do Rio de Janeiro, tornando a citricultura alvo de investimento e especulação de muitos capitais, a maioria externo, de fora do município, principalmente do Distrito Federal, e essa riqueza consolidou um grupo social no executivo municipal, permitindo que o distrito-sede, a antiga Maxambomba, passasse por grandes transformações urbanas. A partir da década de 1910 o município começaria a se sobressair com a produção da laranja e o distrito-sede, a cidade de Nova Iguaçu, seria o palco onde o novo grupo dominante poderia apresentar o que a citricultura representava para o município e para o governo fluminense, já que a recuperação econômica desejada pelo Estado no pós 30 era protagonizada, no estado do Rio de Janeiro, por Iguaçu, à

medida que a laranja era item de grande arrecadação estadual, e sua produção era vista como fruto da modernização dos modos de cultivo e beneficiamento do produto. O complexo laranjeiro potencializava novas condições de vida e o almejado progresso para o distrito-sede, que deveria ser materializado em escolas, saneamento, abastecimento de água, iluminação pública e posto de saúde no município.

A classe dominante agrária ocupava a prefeitura desde a sua criação em 1919. Ao longo da década de 1920 o jogo político municipal era conformado por dois partidos que se enfrentavam nas eleições: o Partido Municipal, que tinha apoio do governo federal (Arthur Bernardes e depois W Luis) e o Partido Republicano, que tinha apoio do governo estadual (Nilo Peçanha). Apesar do grupo liderado do Nilo Peçanha ter montado e controlasse a máquina estadual, inclusive intervindo no município por ocasião da criação da Prefeitura, as disputas nacionais (Reação Republicana) permitiram que o grupo perfilado ao governo federal ocupasse o executivo municipal por toda a década de 20.

A Revolução de 30 acabou com essa divisão, além de permitir novos arranjos dentro do grupo dominante local, ao introduzir também pessoas (grupos) que antes não participavam da política local, ainda que majoritariamente fossem os proprietários locais, agora citricultores, as principais lideranças. O prefeito Arruda Negreiros (1931/36) mesmo não sendo citricultor, foi indicação de Manoel Reis (político local influente) porque representava os interesses dos pomicultores.

Os citricultores dominavam a política local da mesma forma que controlava economia no município. Em função da cultura de laranja uma nova sociedade prosperava, já que a estrutura produtiva demandava o parcelamento das terras e mão de obra intensiva. Segundo o Censo de 1920³, 81,5% do território do município eram ocupados por estabelecimentos rurais, onde a maioria das propriedades (76%) era formada por chácara com média de oito hectares, dirigidas pelos seus proprietários (57,5%) ou arrendatários (36,15%). Apesar dos 280 estabelecimentos recenseados ocuparem 81,5% do território, grande parte desta área ainda era ocupada por matas e/ou considerada inculta, já que apenas 996 Ha eram explorados economicamente, ou seja, apenas 0,8% da superfície do município eram cultivados. Em 1940 foram recenseados 1531 estabelecimentos rurais ocupando 29,25% da superfície do município, destes, 52,5% estabelecimentos tinham menos que 5 hectares, sendo administrados pelos seus proprietários (46%) ou arrendatários (34,2%). Mesmo levando em consideração todas as limitações que os dados dos censos apresentam, duas observações podem ser feitas, a primeira é que entre 1920 e 1940, houve aumento do número de propriedades; a segunda é que este foi acompanhado pelo aumento da área cultivada.

Essa expansão da área explorada pela agricultura atraiu contingente populacional, seja como mão de obra para o trabalho nas chácaras ou como investidor. Entre 1920 e 1940 a população do município passou de 33.396 para 140.606, mas esse crescimento não foi acompanhado pelo número de trabalhadores diretamente envolvidos com a agricultura, já que em 1920 era de 6801 passando para 7674 em 1940⁴. Em 1920 representava 20,36% da população e em 1940 apenas 5,45%. Não estão computados os trabalhadores sazonais, maioria utilizada na lavoura de laranja, principalmente na época da colheita.

³ O censo informa que 72% da superfície do estado foi recenseado em 1920 (BRASIL, 1923, p5)

⁴ Refere-se apenas ao Trabalhador permanente e não o sazonal

Segundo Pereira (1977) a base da pirâmide social iguaçuana era formada pelos trabalhadores rurais, seguidos pelos trabalhadores da indústria, sejam os envolvidos no beneficiamento das laranjas, as packing house, ou em outros serviços diretamente ligados à citricultura.

Centenas de famílias dependiam diretamente dos serviços secundários da citricultura: da fabricação de caixas, do transporte das frutas desde os pomares aos portos de embarque, passando pelos barracões, do tratamento e acondicionamento das laranjas e outros serviços. Ganhando 100 reis por caixa que pregasse para Francisco Baroni, Joaquim dos Santos Oliveira, o “Bambaia”, casou-se.... (PEREIRA, 1977, p.140)

No topo da pirâmide ficavam, ainda segundo o autor, os produtores, tendo logo abaixo os exportadores, seguidos dos profissionais liberais.

Se a política formal estava nas mãos dos citricultores e a principal atividade econômica era aquela voltada para a cultura da laranja, a primeira vista poderia se pensar que todo o município vivia em torno da pomicultura, certo? Errado. Ainda que a agricultura fosse a principal atividade econômica da região, outro processo estava em curso e disputava com a laranja o território municipal. Essa concorrência potencializou a emancipação dos distritos de Duque de Caxias e Nilópolis, em 1943 e 1947 respectivamente.

Ao contrário do que a historiografia generaliza, não foi um processo linear, ou seja, direto da “laranja ao lote” em todo o município, pois em diversas localidades ocorriam dinâmicas diferentes daquelas engendradas pela citricultura, somente tendo isto em vista é possível dimensionar as formas de ocupação urbana na Baixada Fluminense. O quadro abaixo apresenta sinteticamente os dados relativos à agricultura no município e se comparados com a distribuição da população percebe-se que é necessário introduzir novos elementos explicativos para dar conta do processo de ocupação e posterior urbanização da região

Quadro I População, estabelecimentos rurais em Nova Iguaçu entre 1920 e 1940

NOVA IGUAÇU	1920	1940	Varição
Superfície total do município	144.700 Ha	130.700 Ha	- 8,68 %
População total do município	33.396	140.606	322%
N de estabelecimentos agrícolas	280	1531	447%
Área ocupada pelos estabelecimentos	117.937 Ha	38.232 Ha	- 67,59%
Área utilizada pela agricultura	996 Ha	14.789 Ha	1385%
População diretamente envolvida com agricultura	6801	7674	12,84%

Fonte Brasil, 1923, p.109 e segs e Brasil, 1951, p.248

Como já foi dito, o atual município de Nova Iguaçu não é o antigo município de Iguassu, que abarcava toda a Baixada Fluminense, mas uma parte, e entre 1900 e 1940 a região passou de 18.629 habitantes (Brasil 1905) para 140.606. Levando-se em consideração que o período áureo da laranja foi de 1920 a 1940, a primeira observação que pode ser feita é que o crescimento demográfico iniciou-se antes do apogeu da citricultura. O quanto a citricultura atraiu esse contingente populacional precisa ser conhecido, pois a historiografia tradicional ao ressaltar a

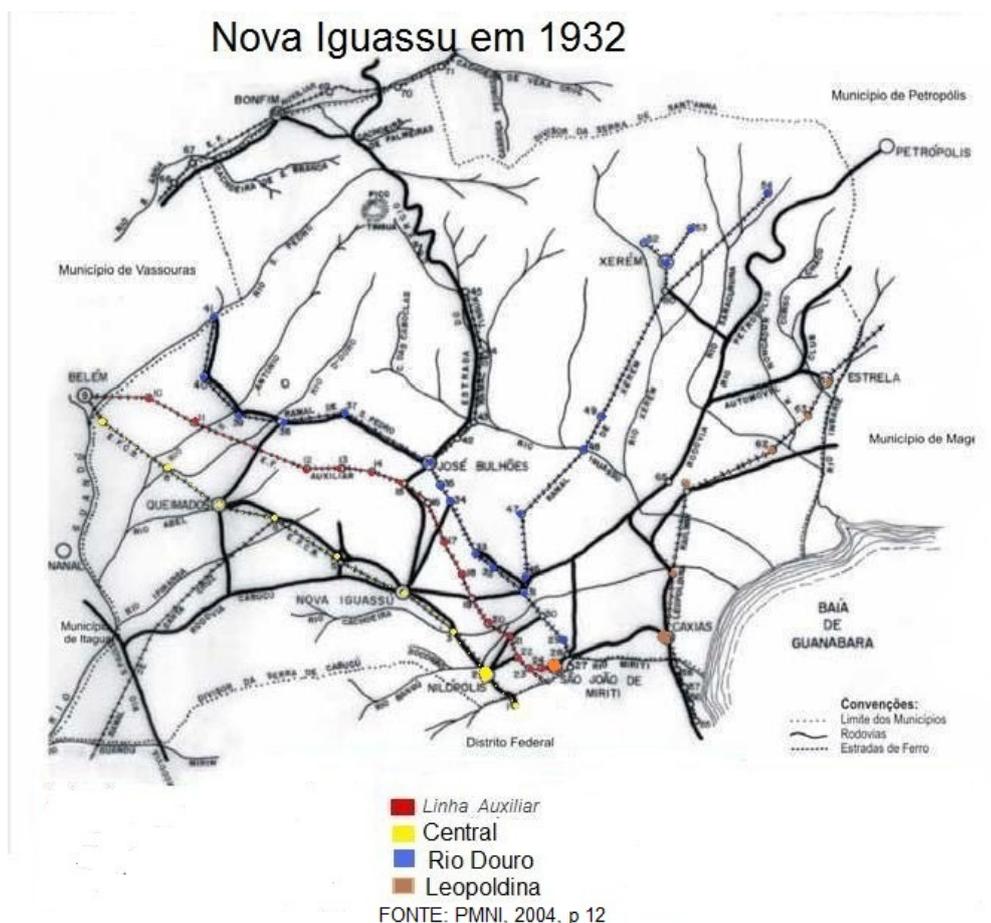
importância do “ciclo da laranja” acabou por criar o senso comum e generalizar que a região só foi ocupada urbanamente depois do fim da citricultura, obscurecendo outros processos. Para o que cabe aqui, é importante ressaltar que não foi o fim da citricultura que acelerou a ocupação urbana no município como ressalta a historiografia tradicional, esse processo já estava em curso e de forma acelerada antes do fim do complexo laranjeiro. O fim da citricultura impulsionou a ocupação desenfreada em uma parte do município, o que hoje denominamos de Nova Iguaçu, que antes era ocupado pela lavoura da laranja, mas em outras localidades esse processo já ocorria. É isto que demonstraremos a seguir

Da laranja ao lote? Notas preliminares sobre o processo de urbanização da Baixada Fluminense

O processo de ocupação na Baixada não ocorreu uniformemente. O município tinha em 1920 a densidade demográfica de 23,08 hab/Km² e em 1940 era de 97,17 hab/km² alguns fatores devem ser levado em consideração para o entendimento desse processo de aumento populacional vertiginoso.

O primeiro deles é o fato da região ser cortada por várias vias férreas. Central do Brasil (inaugurada em 1856), Rio Douro (1883), Leopoldina (1886) e Auxiliar (1898), desde o final do XIX passaram a transportar passageiros de forma sistemática, permitindo que os habitantes ocupassem suas margens, tal como tinha acontecido com os subúrbios cariocas nas décadas anteriores.

Seguindo a via férrea, a população foi ocupando, principalmente depois da Reforma Passos, as franjas do Distrito Federal em função das inúmeras fábricas que seriam alocadas também em suas margens. A estação de Duque de Caxias foi inaugurada em 1886 com o nome de Meriti; era a terceira estação depois da de São Francisco Xavier (inicialmente terminal da linha Leopoldina), onde se juntava com linha Central do Brasil. Caxias juntamente com São João de Meriti e Nilópolis foram as primeiras localidades na Baixada a terem suas terras loteadas. A estação de São João na linha Auxiliar foi inaugurada em 1910 (Junto com a da Pavuna, da linha Rio Douro) e a de Nilópolis em 1914 na Central do Brasil. Essas localidades seriam incorporadas rapidamente, segundo Simoes (2011), à mancha urbana do Rio de Janeiro.



Além da existência da estrada de ferro, cujas linhas foram construídas antes do período áureo da citricultura, deve-se levar em consideração a emergência de um incipiente mercado imobiliário conformado pelos loteamentos. A oferta de lotes baratos nas franjas do Distrito Federal ocorreu a partir do momento em que as terras disponíveis para loteamentos na cidade do Rio tornaram-se dispendiosas em função das restrições e exigências da prefeitura (criada no período republicano), desta forma, as terras do DF

pelos menos próximas a EFCB e EF Leopoldina começam a escassear e, conseqüentemente, encarecer. A proximidade relativa dos distritos limítrofes leva a um transbordamento das estratégias dos agentes imobiliários (...). Assim, se inicia a captura desta região à lógica da urbanização carioca com a redefinição do papel da Baixada Fluminense (SIMÕES, 2011, p.118)

A existência de terras abundantes e baratas, cortadas por várias linhas férreas próximas à capital, impulsionaram empreendimentos imobiliários na região, seguindo a expansão da malha urbana dos subúrbios. Os primeiros loteamentos ocorreram na mesma época nas três localidades, e permitiu, segundo Simões, a inserção desses territórios à mancha urbana da cidade do Rio, garantindo mais tarde, depois do fim da citricultura a incorporação subalterna da região como periferia. Um exemplo disto foi Nilópolis, que começou a ser ocupado com a fragmentação das terras de Mirandela em 1913, junto à estação recém inaugurada Engenheiro Neiva. O loteamento Vila Ema esteve desde o início ligado à estação e o sucesso do empreendimento pode ser medido

no aumento da população local, que passou a reivindicar três anos depois, em 1916, a transformação da localidade em distrito de Nova Iguaçu.

O Distrito Engenheiro Neiva em 1921 trocava de nome para Nilópolis, em homenagem ao governador do estado que atendendo as demandas da população, levou água (duas bicas) e luz elétrica à localidade. Na década de 1930, tornou-se importante localidade urbana, já que em 1927 tinha registro de apenas de 6 chácaras, que juntas produziam em 25 Ha, 55.700 caixas de laranja. Pouca Laranja, se comparado ao distrito sede com 1.363.174 caixas em 330 Ha; em compensação grande parte do município já estava loteado, mas ainda não ocupado. Segundo Simoes (2011) em 1950 não havia mais terras disponíveis para novos loteamentos. Nilopolis tornar-se-ia município em 1947.

Duque de Caxias e São João têm histórias parecidas com a de Nilópolis, principalmente no que concerne à forma de loteamento e à luta da população em garantir os serviços e equipamentos urbanos. Os empreendimentos imobiliários tinham ampla propaganda nos jornais cariocas do período, atraindo muitos compradores, tal como exemplo abaixo

Vendem-se terrenos baratissimos a 150\$,200\$ e 250\$, a prestação de 10\$ mensais, com 12x50 cada lote. O comprador entra na posse do terreno na primeira prestação. Os terrenos são da estação de Anchieta a Jeronimo Mesquita na EFCB. Total dos lotes 12 mil!! E já temos vendidos 9 mil e tantos lotes. É a melhor topografia dos subúrbios da EFCB. Passagens de 1ª ida e volta a 1\$ e de 2ª a \$600. É o melhor emprego de capital. Os trens de Paracambi param em frente a igreja de S Mateus, Km 29.Os terrenos são cortados de avenidas com 15 metros com quadras de 200x200. Havendo na estação que será inaugurada uma grande Praça Dr Paulo de Frontin. Para construção temos o melhor tijolo do Brasil que é o de Jeronimo Mesquita. NO PRÓXIMO DIA 8 DE NOVEMBRO SERÃO INAUGURADAS A ESTAÇÃO E A PRAÇA DR PAULO DE FRONTIN. A CONCLUSÃO DA ESTAÇÃO ESTÁ A CARGO DO DR. SOARES NEIVA. Remetemos a quem pedir o jornal local O São Matheus gratuitamente pelo correio. Para mais informações a rua da Alfandega 218, telefone 361, norte, com o sr Aristides.

Já tem 600 casas mais ou menos construídas com tipos diversos, a construção é livre e não paga imposto. – N B participamos aos Srs compradores de terrenos que tem suas escrituras para fazerem a transferência para os seus nomes na Camara Municipal de Maxambomba para assim ficarem legalizados os seus tuitulos de propriedades (Correio da Manhã de 28/10/1914, p.7)

Com ampla propaganda nos jornais da capital federal, a população foi comprando terrenos sem infraestrutura. O anúncio informa que praticamente todo o município estava sendo loteado, pois os 12 mil lotes ocupavam toda a extensão de Nilopolis, desses 12 mil, dois terços tinham sido adquiridos, na medida em que havia uma pequena parada de trem, mas com inauguração da estação os problemas de locomoção estariam resolvidos. Prestação barata, terrenos relativamente grandes, podendo ser construído depois da primeira prestação, sem impostos, com legalização rápida e fácil acesso à material de construção garantiriam a ocupação, a mesma propaganda informa ainda que dos 9 mil lotes vendidos, somente 600 casas estavam construídas.

Na mesma página do anúncio é possível comparar os preços dos imóveis da Baixada com os da cidade do Rio de Janeiro. Um terreno, por exemplo, na estação de Honório Gurgel (bairro da linha auxiliar, ainda dentro da capital federal) custava \$400, uma casa no mesmo local podia ser comprada por 1.500\$, enquanto terrenos entre as estações de Tomazinho e Jacutinga, também na linha auxiliar custavam 50\$, porque não eram próximos à estação e já pertencia ao município de Iguaçu.

As benesses informadas na propaganda eram ligadas à topografia e principalmente à proximidade da linha do trem, no caso de Nilópolis, também o arruamento. Cardoso (1938) descrevendo esses primeiros momentos de ocupação, informa que os loteamentos não tinham nenhum equipamento urbano e que a estrutura urbana existente tinha sido conquista da população. Segundo o autor, grande parte das melhorias na localidade deveu-se a atuação do Bloco de Progresso de Nilópolis (BPN), associação de moradores fundada em 23 de agosto de 1916 “afim de servir de interprete officiosa entre a população e os poderes públicos”. (CARDOSO, 1938, p.59)

Desta forma, além da existência das estradas de ferro e de abundância de terras relativamente baratas, auxiliando a conformar um mercado incipiente, porém próspero, um terceiro fator deve ser levado em consideração nesse processo de ocupação: a atuação das associações locais visando melhoramentos urbanos, já que os empreendimentos imobiliários na região não tinham infraestrutura. Tanto o Bloco de Progresso de Nilópolis quanto a União Popular Caxiense foram responsáveis por inúmeras benfeitorias em suas respectivas localidades.

As duas associações têm as mesmas características: foram agremiações organizadas e dirigidas pelos moradores mais prósperos das comunidades, que sabiam utilizar os espaços formais da política, como partidos e políticos influentes, atuando em prol dos melhoramentos. Tornaram-se interlocutores privilegiados entre a população e a prefeitura, barganhando e cobrando os serviços inexistentes nas localidades. Foi com o auxílio dessas associações que os povoamentos transformaram-se em distritos, elegeram vereadores e conduziram o processo de emancipação na década de 1940.

Ainda utilizando Nilópolis como exemplo, é possível perceber que foi através da BPN a conquista de várias melhorias. O primeiro loteamento foi aberto em 1913, a estação inaugurada em 1914, através das articulações políticas do engenheiro Neiva, do senador Paulo de Frontin junto a EFCB e do Mirandela, o dono das terras, e do Julio de Abreu, um dos fundadores da associação. Antes de 1916 o grupo já atuava, conseguindo não só a estação, mas a luz elétrica e calçamento de algumas ruas. Antes da formalização da associação, o grupo movimentava-se apenas a partir de suas redes pessoais. Com a criação da BPN o grupo formado pelos loteadores e pequenos empresários locais pode continuar utilizando sua rede pessoal, mas agora usando também o espaço institucional que o Bloco representava para legitimar sua atuação. Desta forma garantiram a transformação da localidade em distrito (separando-se de São João de Meriti, em 1916), construção de escola pública (1917), agência do correio (1917), água (1918), mudança do nome da estação e do distrito (1921).

As associações de moradores tiveram importante papel na estruturação urbana das localidades, principalmente pela grande dificuldade da população em ser ouvida e ter suas reivindicações atendidas pela prefeitura. A municipalidade (inicialmente a câmara, depois a câmara e a prefeitura) concentrava seus esforços em suprir as demandas do complexo laranjeiro, sobrando muito pouco às localidades que não estavam integradas à citricultura. As redes de apoio políticas utilizadas pela associação eram utilizadas para pressionar a prefeitura no atendimento de algumas necessidades. Figuras como Manuel Reis, Nilo Peçanha e Paulo de Frontin serviram para dar peso político aos pedidos feitos pela associação.

Ao mesmo tempo em que a associação buscava recursos nas instâncias formais e nas suas redes de apoio, organizava entre a população ações concretas para a resolução dos problemas cotidianos. Desta forma, a limpeza das ruas, a iluminação pública, a manutenção dos arruamentos eram práticas feitas pela coletividade com o auxílio financeiro do BPN, já que grande parte de seus integrantes era formado por profissionais liberais, pequenos comerciantes locais e os loteadores.

Essas medidas serviam para compensar a ausência do estado, principalmente a municipalidade, no que tange ao saneamento, saúde e educação. A omissão da municipalidade quanto a proliferação de loteamentos sem nenhuma estrutura acabou por gerar povoados de grande contigente populacional sem água, esgoto ou luz, aliás, este foi o argumento utilizado para a emancipação de Nilópolis e Caxias.

A população de baixa renda seguindo os trilhos do trem ocupa “urbanamente” as franjas do Distrito Federal, em loteamentos precários que surgem porque a municipalidade iguaçuana é omissa tanto na abertura desses empreendimentos quanto no cumprimento das demandas da nova população instalada. A prefeitura do Rio, menos rigorosa nos subúrbios que nas áreas centrais, ainda assim impunham mais restrições que o município de Iguazu, fazendo da Baixada região privilegiada para conformação e consolidação do mercado cuja característica é a precariedade, nessas condições a atuação das associações pró-melhoramentos locais esteve intimamente ligada ao sucesso do empreendimento imobiliário.

O último fator, mas não menos importante, que deve ser levado em consideração para o entendimento do processo de ocupação urbana na Baixada, está relacionado às políticas de saneamento na região. No primeiro período republicano foram constituídas duas comissões estaduais e uma federal visando intervir na área. Dois movimentos foram fundamentais para a atuação das comissões de saneamento na Baixada: o movimento de profilaxia do Distrito Federal, cuja percepção era a de que a malária era a principal doença que vitimava a população e como a região estava próxima da capital deveria ser saneada também, ou seja, saneá-la significava uma forma de diminuir os problemas de doença da própria cidade do Rio de Janeiro.

Ao lado dessa ideia havia outra que estava relacionada a uma visão de desenvolvimento regional construída a partir dos compromissos assumidos pelos grupos políticos dentro do estado. A leitura de que as terras da região eram fertilíssimas e que serviria como cinturão verde da capital era consenso, mas para isso era necessário torná-la própria à ocupação, já que demandava o dessecamento para uso da agricultura. Para as Comissões, os alagamentos e a proliferação de doenças não eram as causas dos problemas da região, mas obstáculos construídos pela falta de ação do Estado, esta sim a principal dificuldade que impedia o crescimento econômico local. Os governos estadual e federal colocaram-se como instrumentos de desenvolvimento, apostando no incremento da agricultura.

Com o discurso de fortalecimento da agricultura mobilizou-se recurso e esforços para o saneamento da região, o que se viu foi essa área ser integrada parcialmente ao espaço carioca, principalmente pelas obras de saneamento executadas por Nilo Peçanha quando governador do Estado do Rio (1903/06) e presidente da República (1909/10), permitindo que a Baixada começasse a ser saneada parcialmente, a partir daí intensificou-se a ocupação urbana naquela região. Somente no distrito sede, Nova Iguaçu, o processo foi diferente, pois o parcelamento das terras verificado no início do século XX não potencializou a expansão urbana como no Distrito de Meriti (Caxias), Engenheiro Neiva (Nilópolis) e São João de Meriti, ao contrário, o que ocorreu em Nova Iguaçu e adjacências foi a consolidação da citricultura. A mesma ação do governo estadual/federal que potencializaria em uma área a aceleração da ocupação urbana, na outra propiciou o desenvolvimento rural com a produção e exportação de laranja.

Movimentos diferentes sob auspícios da mesma política, o distrito sede representou em parte o sucesso dessa política, já que o objetivo do saneamento era o desenvolvimento agrícola da região, vista então como possível cinturão verde da metrópole que se formava. A drenagem realizada pelas primeiras comissões não resolveram os alagamentos e enchentes, mas permitiram a

ocupação de parte da Baixada, esta só seria saneada nos anos 30 como a comissão de Hildebrando de Goes.

Entre 1920 e 1940, enquanto o distrito sede manter-se ia rural, o Distrito de Meriti urbanizava-se e era incorporado à malha da metrópole, ficando conhecida como “Meriti do Pavor”, em função das doenças produzidas pelos grandes charcos. Apesar das doenças endêmicas e as áreas alagadiças, população de baixa renda passava a ser atraída pelos loteamentos sem infraestrutura que ocorriam nas franjas do Distrito Federal. O processo de expansão da malha urbana na Baixada se fez à custa do dessecamento parcial das terras alagadas com o parcelamento das terras para execução dos loteamentos de baixo custo. Desta forma, Caxias, Nilópolis e São João de Meriti começam a se integrar ao Distrito Federal como "cidades dormitórios", corroborando com Ribeiro (2015) quando associa a formação do mercado imobiliário às linhas férreas e ao saneamento.

Os trens, implantado em função das necessidades da economia cafeeira, tem um importante papel de integração de vastas zonas suburbanas e rurais ao tecido urbano já constituído, criando a condição para que terras agrícolas e chácaras existentes sejam loteadas. Tal fato acontecerá mais intensamente no período 1870/1910 ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil em alguns pontos servidos pela Leopoldina Railways, como são os casos de Benfica, Ramos e Bonsucesso. O mercado de terras irá concentrar-se nas freguesias servidas pela Estrada de Ferro Central do Brasil em razão da existência de extensas áreas pantanosas nas zonas da Estrada de Ferro Rio Douro e da Leopoldina. Somente após a sua drenagem é que estas áreas passarão a ser objeto de loteamentos. (RIBEIRO, 2015, p.226)

A atuação da Comissão Federal de 1910 no dessecamento das terras alagadiças, na limpeza de alguns e retificação de outros rios da Baixada auxiliou subsidiariamente a Incorporação de um vasto território ao mercado imobiliário da capital federal. Faltam pesquisas empíricas para dar conta deste processo, tal como Ribeiro fez para a cidade do Rio de Janeiro, mas com os dados disponíveis pode-se admitir que o aumento da população nos distritos iguaçuanos localizados nas franjas da cidade do Rio de Janeiro, cortados por vias férreas estão intimamente ligados ao *boom* de loteamentos, principalmente porque estavam fora do circuito da citricultura.

Quadro II População dos distritos urbanos do município de Nova Iguaçu entre 1920-1940.

Ano	Duque de Caxias		Nilópolis	Município de Nova Iguaçu
1920	Distrito da Pavuna (Meriti e S João de Meriti)		Distrito de Eng Neiva	Total
	8.255		3.611	33.396
1940	Distrito de D. Caxias	S João de Meriti (Meriti)	Nilópolis	Total
	24.711	39.569	22.341	140.606

Fonte: BRASIL, 1926, p 2016 e BRASIL 1951, p.174

Outro elemento que precisa ser estudado para conhecer a ocupação da região nesse período é o impacto e, por conseguinte a influência da Reforma Passos no deslocamento da população para a Baixada, alguns autores como Braz e Almeida (2010), Alves (2003) e Simoes (2011) fazem textualmente esta correlação. Ainda que haja expulsão dos habitantes do centro por conta da

abertura da Avenida Central e do Bota Abaixo, não se pode afirmar que este evento impulsionou a ocupação urbana na região como se pode fazer com o conjunto de fatores descritos acima.

O grande município chegava aos anos de 1940 com duas dinâmicas: nas franjas, principalmente no 7º Distrito (S João de Meriti), intenso processo de ocupação urbana desordenada, enquanto o distrito de Nova Iguaçu experimentava o momento áureo da citricultura, onde o grupo político local investiu massivamente na estrutura urbana da sede municipal. No distrito-sede havia estrutura urbana porque a elite local via nos equipamentos marcas de poder, representação de uma sociedade rural moderna, enquanto a população das demais localidades convivia com todas as mazelas de se localizar duplamente na “periferia” (do distrito sede e da cidade do Rio de Janeiro).

Considerações preliminares acerca da urbanização da Baixada Fluminense

Maricato (2000) chama a atenção para a necessidade de conhecimento da realidade empírica para o que ela denomina de “tragédia urbana brasileira” da qual faz parte o processo de urbanização das áreas periféricas. Essa tragédia normalmente é vista pelo prisma da grande cidade, sem valorizar as dinâmicas locais, a não ser aquelas ligadas aos impactos da urbanização

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial. (MARICATO, 2000, p.22)

Mais de cem mil pessoas no espaço de 20 anos deslocaram-se para a Baixada, antes do período em que a literatura entende como o de periferação, já que a própria cidade do Rio, naquele momento, ainda estava se constituindo enquanto metrópole. Tanto é assim que nos arrabaldes da capital federal uma vigorosa sociedade rural florescia com a citricultura, cujo símbolo era a própria cidade de Nova Iguaçu, antiga Maxambomba, reformada pelo “Hausssman da Baixada”, o prefeito Arruda Negreiros. O custo da reforma no distrito-sede foi a ausência da atuação da municipalidade nas outras localidades do vasto território.

Essas localidades, mais integradas ao Rio que ao próprio município a que pertenciam, emanciparam-se rapidamente. D.Caxias, Nilópolis e São João de Meriti já eram células suburbanas do Rio de Janeiro muito antes de Nova Iguaçu, apesar disto, não se pode afirmar que seja o mesmo processo, ainda que ao fim e ao cabo, toda região transformar-se-ia em periferia. Os 12 mil lotes de Mirandela foram vendidos praticamente em 24 meses⁵, e esse dado não pode ser desconsiderado e nem obscurecido porque não fazia parte da dinâmica da citricultura, objeto privilegiado dos pesquisadores que estudam a região.

Em 1920 os moradores desses distritos representavam 35,53% da população do município, em 1940 representavam 61,60%. O crescimento demográfico nos distritos e depois municípios deve ser entendido na interface de dois processos, o processo mais amplo de metropolização, que pode ser visto na expansão do mercado de terras e na rede de transporte; e o das próprias dinâmicas

⁵ Não se encontram mais nos jornais os anúncios do loteamento em 1915

locais, em que se sobressaíram a atuação dos diversos grupos sociais (os antigos e novos moradores) na conformação desse espaço periférico.

Quadro III Crescimento populacional nos municípios da Baixada entre 1940 e 50

Localidade/ ANO	1940	1950	△ %
D de Caxias	24.711 (distrito de NI)	92.459	274,16%
Nilópolis	22.341 (distrito de NI)	46.406	107,71%
São Joao de Meriti	39.569 (distrito de NI)	76.462	93,23%
Nova Iguaçu	53.985 (sem os distritos acima)	145.649	169,79%

Fonte: Brasil, 1951, p 174; Brasil, 1956, p.193.

Se por um lado, a análise do processo de expansão da metrópole consegue dar inteligibilidade à formação do mercado imobiliário nas franjas da capital federal, ao papel dos transportes ferroviários na escolha dos locais a serem incorporados à malha urbana da cidade do Rio de Janeiro e à falta de sintonia entre a formulação da política de saneamento para região, sua consecução e seus efeitos no território, já que, como disse, o dessecamento fomentou duas dinâmicas antagônicas, o estímulo ao padrão precário de ocupação urbana nas franjas do município de Nova Iguaçu e a expansão da citricultura nas demais partes da Baixada.

Por outro lado, somente investigando as dinâmicas locais é possível entender porque a política de saneamento potencializou dois processos antagônicos, mas não contraditórios, na medida em que a ausência da atuação da municipalidade naquelas localidades era resultado da visão política da classe dominante local dentro da prefeitura. Sem poder contar com o executivo municipal, os moradores daquelas localidades organizaram-se em associações e buscaram outras esferas políticas para serem atendidas suas demandas. Seriam esses novos grupos que elegeriam o “homem da capa preta” para vereança em 1936, por exemplo, e mais tarde conseguiriam emancipar os distritos urbanos de Nova Iguaçu, justamente no momento em que a própria citricultura entrava em decadência.

A vigorosa cultura da laranja impediu que grande parte do território de Nova Iguaçu fosse incorporada urbanamente à cidade do Rio de Janeiro até a década de 1940, servindo inclusive de barreira a sua expansão, apesar da pressão do mercado imobiliário. O fim da citricultura levaria mudanças no campo político local permitindo não só a emancipação dos distritos urbanos, como a proliferação de loteamentos onde antes existia lavoura. Sem os entraves da pomicultura, emergia segundo Simões (2011), a atual Nova Iguaçu.

A partir da década de 1940, esse imenso território começaria ser designado como Baixada e lido privilegiadamente como extensão da cidade do Rio, como célula suburbana (Soares, 1962), homogeneizando-o. As dinâmicas de urbanização foram integradas sob o peso da subalternidade. A “civilização da laranja” daria lugar à proliferação de loteamentos, como ocorrido nos antigos distritos vinte anos antes. Finalmente toda região entrava em sintonia com a metrópole como cidades dormitórios.

Bibliografia de referência

- ABREU, M. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. 2ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar Ed, 1988
- ALVES, J C S. Dos barões ao extermínio; uma história da violência na baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH/CLIO, 2003
- BRASIL. DGE. Sinopse do recenseamento do Brazil realizado em 31 de dezembro de 1900. Rio de Janeiro: Typ da estatística, 1905.
- BRASIL. DGE. Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ da estatística, vol 5, 2 parte, 1923
- BRASIL. DGE. Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ da estatística, vol 4, 1 parte, 1926
- BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, população e habitação. Rio de Janeiro: IBGE, série regional, parte XV, Rio de Janeiro, 1951
- BRASIL. IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, vol.1, 1956
- BRAZ, A A e ALMEIDA, T M A. De Merity a Duque de Caxias: encontro dom a historia da cidade. D de Caxias: APPH/Clio, 2010.
- CARDOSO, E. Nilópolis de ontem e Hoje. Nilópolis: L e J Berkowitz, 1938
- CORREIO DA MANHÃ de 28/10/1914. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_02&pasta=ano%20191&pe sq=, edição 05725, acessado em 14 de novembro de 2016.
- MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras In São Paulo em Perspectiva, 14(4) 2000, p 21-33
- PMNI (Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu). Atlas escolar da cidade de Nova Iguaçu. 2 ed. Nova Iguaçu: SME/ SMUMA, 2004
- PEREIRA, W. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: EdFGV, 1977
- RIBEIRO, L C Q. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro. 2ed. Riode Janeiro: Letra Capital, 2015
- ROCHA, A. S. “Nos não temos nada a ver com a Baixada”- problemáticas de uma representação hegemônica na composição do territorio In recôncavo: revista de História da UNIABEU, vol 3. N 4, 2013
- RODRIGUES, A O. De maxambomba a Nova Iguaçu (1833, 90.S): economia e território em processo. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2006 (dissertação em Planejamento Urbano e Regional)
- SILVA. L. De recôncavo da Guanabara a baixada Fluminense: leitura de um território pela historia In recôncavo: revista de História da UNIABEU, vol 3. N 5, 2013

SIMÕES, R M. Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita: ed. Entorno, 2007

SIMÕES, R M. Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense. Mesquita: ed. Entorno, 2011

SOARES, M T S. Nova Iguaçu: Absorção de uma célula urbana pelo grande Rio de Janeiro in Revista Brasileira de Geografia, vol 24, n 2, abril-jun de 1962

SOUZA, S M de. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 1992. (dissertação em antropologia social)

TAVARES, R B. As várias Mesquitas de Várias Baixadas: vitalidade e desigualdade no território fluminense. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2007 (dissertação em planejamento Urbano e Regional)